

A pesquisa agrícola e a questão social

Eliseu Alves

Presidente da EMBRAPA

Dominam as discussões na imprensa e no meio acadêmico, a crise econômica, o problema de distribuição de renda e a violência urbana.

É bem compreendido o papel da agricultura no tocante à crise econômica. Não se ignoram as divisas que ela conquista no mercado internacional. Sabe-se ser esse setor que maior saldo líquido de divisas apresenta, por unidade de produto: ou seja, é o setor que menos importa para produzir. Já é notório que as exportações ajudam a manter o nível de emprego nas cidades, pois permitem importar o petróleo e outros insumos que mantêm a indústria operando. Salienta-se, ainda, a ajuda que ela vem dando ao combate à inflação, porque, apesar do declínio dos preços reais de seus produtos, compareceu, no mercado, com safras generosas. E não deixa de ser isto um indício de que ganhos de produtividade conferem, atualmente, resistência maior aos produtores, embora não se deva abusar dessa resistência.

Não obstante os fluxos migratórios das últimas duas décadas não encontrarem rivais na história dos povos de tão ampla base territorial como a nossa, a agricultura brasileira detém, ainda, elevado nível de emprego, cerca de 30% da nossa mão-de-obra e é, por outro lado, a atividade que mais emprega por unidade de produto. É, em consequência, o setor de mais baixa produtividade do trabalho, apesar de, presentemente, serem elevados os ganhos de produtividade desse fator de produção.

No que diz respeito à distribuição de renda e violência urbana, aspectos salientes da questão social, a discussão sobre o papel da agricultura se estreita e resvala para o lado da reforma agrária. Dizem ser ela necessária para se estancarem os fluxos migratórios, em vista de criar condições de vida mais dignas nos campos. No entanto, nos países capitalistas é questionável esse efeito. É preciso reconhecer que 70% dos brasileiros já vivem nas cidades e aí

se encontra enorme sifão, que exerce força de atração sobre o homem do campo, através da escola primária e de grau médio, da universidade e dos programas de saúde e habitação etc. Nos países capitalistas esse poder de atração anulou os efeitos do fascínio que a posse de terra exerce sobre o homem, e a um ponto chegou que a corrente migratória explodiu-se numa verdadeira avalanche. Foi exatamente, quando o campesino compreendeu que, sem acesso à educação, os caminhos da ascensão vertical na sociedade permaneceriam eternamente obstruídos. Muitos deles chegaram a dizer que é melhor ser engraxate na cidade que um pequeno proprietário!

Dessa forma, mesmo que a sociedade optasse por uma reforma agrária de caráter abrangente, sua implantação seria lenta, em vista dos obstáculos que se encontram presentes — mormente os de caráter financeiro, e, por conseguinte, pouco poderia fazer para desviar o Brasil da rota de desenvolvimento econômico em que se encontra, onde a agricultura terá cada vez menor função empregadora e mais avultará o papel de produzir excedentes para abastecer as cidades e o mercado externo. De país essencialmente rural em 1940, evoluímos para um país “essencialmente urbano” em, apenas, três décadas.

Mas, afinal de contas, qual é o papel da pesquisa na questão social?

A literatura procura realçar a face da pesquisa que diz respeito ao homem do campo. No caso brasileiro, demonstra como tem sido capaz de equacionar os problemas da conquista dos cerrados e da Região Amazônica; a ação que desempenha na luta contra a seca no Nordeste, através de irrigação não-convencional, sistemas de produção para os pequenos e médios agricultores, culturas tolerantes à seca, como o sorgo e milho etc; e, no Centro Sul, destaca-se a batalha pelo crescimento da produtividade da terra e do trabalho, mormente através de tecnologias que poupam insumos modernos,

como a irrigação, fixação biológica de nitrogênio, combate biológico às pragas e doenças, adubação verde e orgânica e cultivo mínimo, para mencionar alguns exemplos. E ainda há a salientar as tecnologias que *poupam produto* — nas áreas da indústria de alimentos, perdas na colheita, transportes e de armazenamento.

As avaliações feitas ressaltam os ganhos da sociedade que vieram como consequência da decisão de investir em pesquisa. A experiência mundial dos países ricos e pobres indica que investir em pesquisa é um ótimo negócio. Aliás os países se enriqueceriam mais caso ampliassem os investimentos em pesquisa. E muitos, entre os quais o Brasil, compreenderam essa verdade e multiplicaram os investimentos em ciência e tecnologia. O caso mais dramático é o da Índia que, de ameaçada de uma fome catastrófica ainda no início dos anos 60, é hoje auto-suficiente em alimentos e já começa a exportar. Tudo porque acreditou nas ciências agrárias — hoje, investe cerca de US\$300 milhões em pesquisa agropecuária (contra 250 milhões do Brasil) e já irriga 37 milhões de hectares!

Os resultados apresentados pelo Informe Agropecuário refletem o acerto do governo mineiro em criar e desenvolver a EPAMIG. De fato, as taxas internas de retorno das culturas de arroz — 69,3%, de algodão — 47,9% e de soja — 36,1% estão entre as mais elevadas de que tenho notícia. Mas por serem tão elevadas, constituem-se num brado de alerta de que se investe ainda muito pouco em pesquisa no nosso Estado. Os investimentos precisam ser intensificados porque, assim, Minas, além de garantir o crescimento contínuo de sua agricultura, será recompensada em termos de bem-estar de sua população e de maior arrecadação de impostos.

Embora as taxas de retorno reflitam os ganhos da sociedade, a literatura procura realçar aquilo que a pesquisa oferece de vantagens para o rural. É natural que seja assim. Nos países avançados, berço das instituições de

pesquisa agropecuária, a pesquisa nasceu como consequência da pressão do homem do campo que lutava contra o encarecimento da terra ou do trabalho, fatores que o crescimento da população, num caso, e a migração rural-urbana, no outro, tornavam escassos.

Nesses países a pesquisa foi capaz, em conjunto com outras políticas, de trazer aumentos de produção de tal magnitude a causar baixa generalizada dos preços. É irônico que os agricultores tenham lutado tão dramaticamente em favor de instituições que, via efeito de mercado, pudessem empobrecê-los! É verdade que esse empobrecimento foi evitado através de programas como o de sustentação de preços, redução de área de plantio, quotas de produção, para mencionar alguns exemplos. E, assim, completado o ciclo de inovação tecnológica — de um problema de pesquisa até a adoção dos novos conhecimentos pela maioria dos produtores, o grande beneficiado foi o consumidor: preços mais baratos e produtos de melhor qualidade. E que consumidores? Todos e em especial aqueles que gastam a maior parcela do orçamento familiar na compra de alimentos: os mais pobres.

É notório, no Brasil, o esforço de redistribuir melhor os frutos do progresso. Qualquer política com esse objetivo necessitará manter, em primeiro lugar, em nível elevado, o emprego da massa de trabalhadores; e em segundo lugar, fazer crescer, em maior proporção, os salários reais dos menos aquinhoados. Ter-se-á, desse modo, ampliado o poder de compra das classes mais pobres.

As evidências disponíveis indicam serem elevadas as elasticidades renda dos alimentos, nos segmentos da população de renda mais baixa. O aumento do poder de compra dos mais pobres será, além do crescimento da população, forte impulsor da demanda de alimentos.

Se a resposta da oferta de alimentos vier apenas em consequência de aumento dos preços, ter-se-ão anuladas as boas intenções das políticas de redistribuição de renda. No final, a inflação crescerá. Com ela, virão as medidas de combate que implicam em desaquecimento da economia e, portanto, em queda do nível de emprego.

Os mais pobres serão os grandes perdedores e, novamente, a renda começará a concentrar-se.

A única forma de quebrar esse ciclo vicioso é estimular a agricultura. No caso brasileiro, cuja fronteira agrícola se distancia dos grandes mercados e se compõe de terras pobres, o principal componente do crescimento da oferta necessita ser o aumento da produtividade da terra e do trabalho e através de tecnologias que poupem insumos modernos e evitem os desperdícios dos processos de comercialização.

Houve países que optaram por políticas fortemente redistributivas sem apoiarem sua agricultura. Colheram taxas elevadas de inflação e agitação social nas cidades que só foi controlada através da violência que suprimiu as liberdades públicas conquistadas.

Os ventos da redemocratização sopram intensamente no Brasil e nos enchem de alegrias. Mas é preciso notar que a redemocratização do país implicará, certamente, em políticas de redistribuição de rendas em favor dos que ficaram à margem do progresso. Significará, portanto, elevado crescimento da demanda de alimentos. E se a oferta não reagir, mormente pela via da produtividade, poderemos colher os frutos amargos que, recentemente, outros países vêm colhendo. E melhor estudado, ver-se-á o efeito que a forte discriminação contra a agricultura, verificada a partir do meado da década de 40 e no correr dos anos 50, teve sobre a instabilidade social do início dos anos 60, a qual deu origem ao movimento de 1964.

As políticas de aumento da produtividade da agricultura — tanto da terra como do trabalho e ainda, sendo necessário economizar insumos modernos, implicam necessariamente na geração de conhecimentos e essa depende de forte apoio às instituições de pesquisa, visto que não há como transferir tecnologias dos países avançados, de clima temperado, para o Brasil. No período 1945-73, procurou-se reduzir os investimentos em pesquisa agropecuária, sob a alegação de que era possível a transferência de tecnologias dos países mais avançados e de regiões do Brasil que já tinham alguma tradição em ciências agrárias, notadamente São Paulo. Apoiaram-se as políticas de di-

fusão de tecnologias, e o principal instrumento foi o subsídio a fertilizantes e a outros insumos modernos, através do crédito. A hipótese da existência de estoque de conhecimento era falsa e a política só foi bem sucedida nos produtos e regiões onde houve investimento em pesquisa. Reforce-se, ainda, que os resultados da experiência brasileira se repetiram em todo o mundo subdesenvolvido que quis fazer a revolução verde, sem investir em pesquisa. FRACASSO GERAL!

E, assim, ficou claro a importância da pesquisa para a paz social, no Brasil. E destaca-se a grande responsabilidade social dos pesquisadores. No seu trabalho, repousa muito daquilo que será feito para erradicar a pobreza absoluta nos campos e, principalmente, nas cidades.

O tema da violência urbana está nas principais manchetes dos jornais. A discussão coloca, como principais responsáveis, o desemprego e o subemprego a que se condenou parcela importante da população. Os fluxos migratórios na direção das megalópoles, certamente, vêm agravando o problema. Esses fluxos têm origem nos campos e, principalmente, nas cidades pequenas e de porte médio. É óbvio que existam outras causas; caso contrário, a violência já teria sido eliminada dos países ricos que distribuíram a renda, embora seja aí muito menor.

A criação de empregos, a melhor distribuição dos frutos do progresso e a humanização das relações de trabalho e da convivência social são caminhos que toda política de combate à violência urbana deve trilhar porque, se assim não o for, combater-se-ão os sintomas e não as causas. E, nesse contexto, novamente destaca-se o papel do aumento da produtividade da agricultura no alívio da angústia dos mais pobres, dando-lhes condições de adquirir o alimento que é a base da continuação da vida.

Desde o início da década de 70, o Brasil fez crescer, de forma marcante, os investimentos em ciências agrárias. Os resultados do Informe Agropecuário constituem uma evidência adicional do acerto dessa política, como instrumento de bem-estar do homem do campo, da paz social nas cidades e da afirmação nacional.